

Qualidade na Educação e no Ensino

Marcos A. R. Sodré
Mestre em Educação, Psicólogo
Grupo de Pesquisa de Ensino Superior (UNISO)

Introdução

Entre os principais dilemas da educação no mundo globalizado, o maior, e preocupante, refere-se à qualidade da educação e do ensino, em todos os níveis. Na atualidade, vem se refletindo muito sobre este tema, sempre através das vertentes econômicas e humanistas, confesso mais econômica que humanista, com conceitos derivados de ciências do trabalho ou empregados no setor industrial. Desta forma o conceito de qualidade vem indissociável do fundamento econômico. Mas, como escrever e refletir sobre qualidade sem a influência de tal base, pois, o conceito importado para a área educacional esta extremamente ligada a essa raiz, a **economia, trabalho e desempenho**.

Neste contexto, temos que levar em consideração como falar sobre qualidade de ensino, de educação, sem fundamentar em conceitos econômicos e industriais. Temos que levar em consideração que a utilização do conceito qualidade, começou séculos atrás, para explicar, justificar quanto uma peça produzida estava próximo da perfeição ou, um trabalho fora executado impecavelmente ou, as condições de trabalho estavam satisfatória para o desempenho do empregado. Podemos observar que qualidade vem exprimir aspectos que nos leva a compreensão de um trabalho próximo da perfeição, como tal, ensinar também evoca aspectos e variáveis semelhantes, nos levam pensar na perfeição da forma de comunicação, das informações a serem passadas ao aluno, das condições de aprendizagem, etc. Por outro lado, o sistema educacional necessita de normas, regras e regulamentos ou, políticas que traduzam anseios de toda coletividade, quanto aos aspectos da evolução do conhecimento e formação do cidadão, para que esta venha atender formas democráticas de democratizar o ensino, de manter um processo duradouro e permanente.

Esse contexto nos faz refletir o sentido da qualidade do ensino e da educação com maior precisão, principalmente, por serem diferentes entre si, como afirma José Manuel Moran¹, quando escreve: “Existe uma grande diferença entre qualidade de ensino e qualidade da educação, que ensino e educação são conceitos diferentes. Na educação de qualidade o foco, além de ensinar, é ajudar a integração do ensino e a vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, ter uma visão de totalidade”. (Moran, José Manuel; 2003; pág. 12)

Ensino de Qualidade envolve variáveis bem definidas, ou seja: “Tem que ter um projeto pedagógico de processo participativo, bem definido, onde o docente seja bem preparado tanto intelectual, quanto emocional e eticamente, que esteja motivado a trabalhar o processo ensino-aprendizagem, seja exímio incentivador. Para que esta ação possa ocorrer, faz-se necessário ter uma infra-estrutura adequada, atualizada ao maximo. A tecnologia disponível deveser acessível, renovada e ter rapidez. Assim, os alunos se sentirão motivados, passarão ser bem preparados intelectual e emocionalmente, para que adquirir maturidade e condições de reflexão e utilização do senso critico”.

Como podemos notar, educação e ensino de qualidade requerem alto investimento por parte da rede privada ou, do Estado em suas instituições, pois para se ter docentes bem preparados intelectualmente, motivados, dependem de qualificação bem feita durante seu processo de formação. Portanto, Estado e rede privada terão de investir em tecnologias acessíveis, infra-estrutura muito bem adequada, para que os alunos venham a ter motivação durante o seu processo de aprendizagem e formação. Diante de, gostaria neste momento confrontar dois pensadores que escrevem sobre qualidade de ensino e educação, porem, sob ponto de vista diferente, mas não contrapostos, ou necessariamente se opondo.

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

Dias Sobrinho X Hanushek

Primeiro pensador e teórico que gostaria de expor, é Dias Sobrinho² que escreve: “Embora não exista definição sobre qualidade que satisfaça totalmente a todos, importante é que se faça ancorar o conceito de qualidade em alguns pilares fundamentais e sólidos. Portanto, faz-se inevitável e necessário ligar a relevância da qualidade a: “**Equidade, responsabilidade social, diversidade cultural** e os contextos específicos em que é estabelecido”. Por ajudar mostrar que qualidade não é um conceito isolado, mas que ela só poderá ser entendida quando “**vinculada**” aos seus objetivos sociais. Portanto, postula: “Ser dever do Estado fornecer educação de qualidade para todos os seus cidadãos, em todos os níveis e ao longo da vida, não apenas como um requisito de desenvolvimento econômico, mas, acima de tudo, como condição fundamental de desenvolvimento do Homem integral, de consolidação de valores democráticos, da democracia” (2009).

Assim, Dias Sobrinho deixa claro que: É importante distinguir os conceitos relacionados à qualidade que estão enraizados em conceitos corporativos dos que se baseiam em conceitos educacionais que visam: “**realização**” plena do desenvolvimento humano, construção das capacidades crítica e reflexiva dos cidadãos, de promover a participação ativa no desenvolvimento da sociedade democrática. Percebemos em seu pensamento que: “Os fundamentos do conceito corporativo de qualidade, esta sendo transferido para o setor

² **Dias Sobrinho, José:** Bacharel e Licenciado em Letras Neolatinas pela Universidade Estadual de Londrina (1963), doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1975), pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, de 1977 a 1979. Ex professor da UNICAMP, atual professor titular do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO). Consultor da GUNI/UNESCO e do IESALC/UNESCO. Pesquisas voltadas para área de Educação, com ênfase em Educação Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: educação superior, avaliação, avaliação institucional, avaliação da educação superior e temas relacionados com as transformações e reformas da educação sob os impactos da globalização.

educacional, de uma forma considerada ampla e importante, pelo fato do valor econômico estar cada vez mais sendo utilizado na educação, da “**lógica corporativa**” ser cada vez mais utilizada para formular o conceito de “**avaliar**” a qualidade. Assim, conceito de qualidade na educação esta frequentemente associado a conceitos como “*eficiência, produtividade, relação custo-benefício, rentabilidade*”. Por estar associada à adaptação das necessidades industriais e ao mundo do trabalho e suas expressões quantitativas, expressões do mundo econômico”.

Nesse sentido, podemos observar cada vez mais o Estado representado na figura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), incorporar esse conceito corporativo a sua função. Fazendo com que, qualidade na educação esteja plenamente associada a “**desempenho**”, através de seu sistema de avaliação, ou seja: do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), da estrutura direcionada a formação para o emprego, redução de custos, aumento do número de alunos matriculados no sistema educacional, em todos os níveis da educação. Controlar o desempenho e suas políticas educacionais (investimentos) através do Índice de desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB). Tendo como função, até mesmo ranquear as instituições e os cursos. Pois, estes aspectos são evidentes, podem ser apresentados objetivamente à sociedade como forma de prestação de contas (Accountability), como forma de demonstrar que se busca dar qualidade ao sistema educacional e ao ensino ofertado, mas, em si mesmo, estes fatores não conseguem cobrir todo significado de qualidade.

Principalmente pelo fato do significado de qualidade na atualidade, também estar vindo atrelado ao conceito de globalização. Pois se por um lado a globalização nos trás uma integração, e conhecimentos, por outro lado produz efeitos perversos, principalmente do ponto de vista ético, essencialmente em relação: a justiça social, responsabilidade social, equidade, direitos do cidadão e respeito à diversidade.

Pois para a grande maioria da população mundial esta integração denominada globalização esta aumentando o numero de miseráveis, gerando mais fome, violência, exclusão desempregos e inseguranças, pois estes fatores estão intimamente ligados a concentração de rendas, a sobrevalorização da economia, por fazer parte da lógica mercantil, do enfraquecimento dos valores públicos, da valorização da ideologia do individualismo, ou seja, do empreendedorismo. Gerando detrimento da vida social.

Entretanto, esse contexto da qualidade voltado para aspectos do desenvolvimento da economia, da produtividade industrial, é um dos muitos objetivos inerentes ao ensino publico,

das crenças, mitos sobre mobilidade social. É a participação eficaz, qualificadora para o desenvolvimento econômico que deve ser integrada ao processo de socialização, para construção de uma nação reflexiva, crítica, sensibilizada, para com o seu desenvolvimento ético, cultural e intelectual.

Por conseguinte, o Estado deve ter como função, operações radicalmente democráticas com finalidade de melhorar a vida de todos os seus cidadãos, dando-lhes condições de saúde, desenvolvimento intelectual, segurança, moradia, educação para todos os níveis. Assim, nesse sentido, Dias Sobrinho (2009) afirma que: “*equidade e justiça social no ensino, só será alcançado quando estiver presente em todos os níveis, ou seja, educação universal de qualidade*”. Assim, o ensino por parte do Estado deverá ter estratégia integradora para aumentar a justiça social, atrelada a qualidade de vida, como base de uma sociedade humanística e verdadeiramente democrática.

Como podemos observar, conceito forte sobre qualidade de ensino e de educação, esta totalmente atrelada ao setor econômico, aos financiamentos, as políticas de saúde, educação, e bem estar social, através de segurança, emprego, moradia, conhecimento, ética e democracia. Por outro lado, contrapondo, ou até mesmo complementando em parte o pensamento de Dias Sobrinho, Eric Hanushek³ escreve que: “A massificação do ensino, por si só, tem pouco efeito (ao que Dias postula: a massificação é um dado demonstrativo e indicativo da “democratização do ensino”, do estreitamento do distanciamento entre as classes sociais) - a matemática através dos dados estatísticos, não deixa dúvida quanto a isso. Os dados mostram que a influência da educação passa a ser decisiva apenas quando ela é de bom nível. Aí, sim, se consegue empurrar os indivíduos e a economia”.

Observado por esse contexto, a relação tende torna-se simples. Portanto, países capazes de proporcionar bom ensino à maioria de seus cidadãos ao mesmo tempo, conseguem elevar rapidamente o padrão de sua força de trabalho. Desta forma, quando uma população atinge alta capacidade de raciocínio, síntese, reflexão, naturalmente torna-se muito mais produtiva, capaz de criar e elevar o nível de riquezas do país.

Neste contexto, Hanushek (2003) afirma que a posição do Brasil é desvantajosa, falta ao nosso aluno “*habilidades cognitivas*” básicas. Segundo ele, esta falta de habilidade atua como um freio de mão para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, pois para

³ **Eric Hanushek**, economista americano, especialista em combater com números os mitos sobre a sala de aula, mostra como o bom ensino pode ser decisivo para o crescimento econômico. Professor da Universidade Stanford e doutor em economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

haver desenvolvimento e crescimento econômico, todo país depende essencialmente de pessoas “*criativas, habilidosas, competentes e comprometidas*”. Desta forma, esta perspectiva que já era de preocupar décadas atrás, agora com a massificação do ensino, mais a falta de qualidade, torna-se ainda mais nociva, principalmente se refletirmos pelo lado do programa social lançado pelo governo denominado PROUNI, que é política afirmativa, e ainda o bolsa família, que é um programa assistencial que relativiza a roda econômica, ou seja, proporciona a circulação do dinheiro, aumentando assim o consumo, indiretamente a produção, diretamente o Produto Interno Bruto (PIB), porem, a sua função social de manter as crianças dentro de sala de aula para aumentar seu conhecimento e aprendizado, diminuir a evasão, repetência, proporcionar o acesso ao conhecimento, torna-se inócua e nociva, o que vem ao confirmar o pensamento de Hanushek.

Assim, devemos levar em consideração o que escreve esse mesmo autor, sobre as dificuldades do sistema educacional, um primeiro obstáculo: “É preciso desenvolver mecanismos confiáveis para medir o desempenho de alunos e professores”, ou seja, deve estar refletindo sobre criar “**instrumentos de avaliação**” estandardizados e confiáveis (*certificados*), possivelmente esteja pensando em agências certificadoras, independentes ou Estatais confiáveis, como existe em países da Europa e EUA. Porem, o problema maior, é que nem todos os países em desenvolvimento na atualidade, contam com um sistema de avaliação, executado através de ferramentas ou instrumentos, que permita comparar resultados ao longo dos anos. Já nesse sentido, o Brasil é uma boa exceção, por possuir alguns instrumentos criados através do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)⁴, Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)⁵, Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB)⁶, Prova Brasil, Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), etc.

Um segundo obstáculo é: “O corporativismo dos sindicatos de professores, pois, eles são os primeiros a se oporem a qualquer medida em favor de um sistema de premiação por

⁴ **SINAES**, criado através do Decreto nº 3860, de 09 de julho de 2001 – Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Regulamentado posteriormente por portarias interministeriais, decretos, nos anos 2002 a 2008.

⁵ O **SARESP**(Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) foi criado no ano de 1996 com a intenção de realizar uma avaliação da qualidade do ensino, por meio do rendimento dos alunos, é uma avaliação de múltipla escolha, aplicada pela Secretária da Educação do Estado de São Paulo para alunos da rede estadual de ensino que estão na 2ª, 4ª, 6ª e 8ª série do Ensino Fundamental, e 3º ano do Ensino Médio. Geralmente, é aplicado no final de cada ano letivo.

⁶ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (**Saeb**) , conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

mérito”. Basicamente pelo fato dos sindicatos terem, em geral, grande peso na definição de políticas públicas de educação, assim a “**meritocracia**” fica emperrada, não podendo ser implementada. Esse contexto só vem demonstrar como o corporativismo sindical tem força suficiente para intervir no sistema, pois sua principal bandeira sempre foi o aumento generalizado dos salários. Postulando que “*só assim o ensino vai para frente*”, numa forma intencional de referir-se que: “*somente através de aumentos salariais constante serão capazes de conseguir dar qualidade ao ensino*”.

Nesse contexto de salários pagos por meritocracia, Hanushek fundamenta seu pensamento com o seguinte discurso: “Aumentar os salários de todos os professores de uma mesma rede de ensino não contribui em nada para ‘**melhorar a qualidade**’ das aulas”. Afirmo isso ancorado nos fatos, e não na intuição, como preferem muitos educadores. Ao defender a isonomia salarial e repudiar aumentos atrelados a resultados, os professores não se baseiam em nenhuma espécie de evidência científica de que a medida funcione em favor do ensino. “Lutam por isso apenas por acreditarem ser bom para eles”.

Contrapondo ainda, em parte, ao pensamento de Dias Sobrinho, Hanushek afirma que: “Além dos interesses políticos, que passam ao largo da ciência, como ocorre em tantas outras áreas, um segundo fator específico da educação pesa contra a objetividade: “Não sendo uma ciência exata, as pessoas se sentem um pouco especialistas no assunto”. Este fato agrava o problema, pois, a sala de aula é um lugar que, um dia na vida, todo mundo frequentou. Assim, o resultado dessas “**crenças**” é perverso: no mundo todo, ainda são raras as políticas na educação guiadas por evidências empíricas, colhidas ao longo de “**estudos longitudinais**” e realizadas com rigor científico, como ocorre em outros setores. Pois, políticas respaldadas em achismos são desastrosas. “Fazem os países perderem dinheiro duas vezes”.

Neste contexto dos financiamentos feitos para políticas educacionais, podemos concluir que Hanushek pensa sobre: Banco Mundial (BM), e outros agentes financiadores, erram ao investir em programas mais focados na “**quantidade**” de alunos do que propriamente naqueles com o objetivo de elevar o padrão do ensino. Porque, o que determina mesmo o crescimento de um país, é quanto de “**conhecimento**” poderá ser “**extraído**” em sala de aula.

Este contexto, não oferece respaldo ao pensamento final, do encontro mundial realizado em Jontiem (1990), intitulado “*Educação para todos*”, onde se discutiu a inclusão e

erradicação do analfabetismo entre crianças e adultos, como forma de melhoria da qualidade de vida, ensino e educação oferecida nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Porem, Hanushek postula que: “Ao se perderem em opiniões vazias de “pretensos” especialistas muitos governos desperdiçam a chance de beneficiarem-se de práticas já testadas com sucesso”. Por que, ao contrário disso, muitas vezes investem tempo e dinheiro em medidas inócuas, que não resistem a uma avaliação, a consulta rápida, às experiências internacionais, um mergulho nos números (dados estatísticos). Eles logo revelam sua inutilidade. Mesmo as grandes instituições cheias de boas intenções, cometem erros básicos por subestimarem os fatos, vide instituições que já estão lançando comodites no mercado, será que estão preocupados com qualidade ou, quantidade ou, lucros previsíveis.

Como podemos notar os financiamentos da educação, não são propriamente voltados para qualidade da educação e do ensino, estão mais voltados para a aplicação em formação de mão de obra, da necessidade industrial, como escreve Hanushek: “A “**relação**” entre boa educação e desenvolvimento econômico é antiga - mas a qualidade do ensino nunca foi tão “**relevante**” para o crescimento dos países”. Podemos observar isso porque, em sociedades altamente tecnológicas, a produtividade passou a depender ainda mais das habilidades e competências “**desenvolvidas**” na experiência do dia-a-dia e na escola.

Esse mesmo autor postula que: Os números lançam luz sobre o tipo de conhecimento que faz mais diferença, ou seja, de todas as disciplinas apresentadas aos alunos, são as “**ciências exatas**” que, hoje, têm o maior peso para o crescimento econômico. Este pensamento pode ser confirmado pelo Programa de Avaliação Internacional Estudantil (PISA)⁷. Afinal, exige-se o tempo todo dos profissionais que sejam capazes de lidar com novas tecnologias e de solucionar problemas de alta complexidade. Esse contexto ocorre não apenas na rotina de quem ocupa um cargo de alto escalão, mas também nas linhas de produção mais simples. Assim, “quanto mais gente preparada para enfrentar tais questões, mais chances um país terá de avançar”.

⁷ Avaliação internacional padronizada, desenvolvida conjuntamente pelos países participantes da OCDE, aplicada a alunos de 15 anos no ensino regular (da 7ª série em diante). O PISA abrange os domínios de Leitura, Matemática e Ciências, não somente quanto ao domínio curricular de cada escola, mas também quanto aos conhecimentos relevantes e às habilidades necessárias à vida adulta. Ênfase no domínio dos procedimentos, compreensão dos conceitos e capacidade para responder a diferentes situações dentro de cada campo. O PISA é um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

Esse contexto faz todo sentido, para Dias Sobrinho, principalmente quando ele afirma que: **“Qualidade se faz importante para cada grupo de interesse”**. Agrupar por motivos diversos, por vezes conflitantes, tais como a necessidade de levantar competitividade econômica, contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, aumentar o patrimônio cultural, bagagem cognitiva da sociedade. Este contexto só faz melhorar indicadores qualitativos de cidadania, para melhorar as condições de emprego e para construir a confiança pública na adequada prestação de serviços educacionais.

Nesse contexto dos grupos de interesse, Dias Sobrinho (2009) argumenta que pensamento elitista ainda hoje se mantém: *“a educação de qualidade é possível apenas para alguns”*. Porém, afirma ele que: se a educação é considerada como uma estratégia para reforçar o potencial nacional, como um **“bem público”** que todos têm o direito de gozar, como meio de **“diminuir a desigualdade e aumentar a justiça social”**, proporcionando educação para mais pessoas, se possível para todos, é certo que exige se qualidade, não reduzida. Se os critérios de equidade e justiça social que estão associados a conceito de educação como um bem público e são tidos em conta, deve se concluir que um sistema de ensino que exclui determinados grupos, como é o caso muitas vezes, a maioria da população nacional, não é um sistema de qualidade.

Portanto, Dias Sobrinho (2009) tem plena razão quando afirma: *“É de efetiva relevância a participação das instituições de ensino através de suas partes interessadas, na vida social, econômica e cultural da sociedade da qual faz parte, especialmente com pessoas que vivem na proximidade, sem nunca perder de vista a necessidade de universalidade”*. Esta participação tem que ser via de mão dupla (ida e volta) e incluir os produtores e usuários do conhecimento. Somente assim, o conhecimento, será um bem público de valor educativo e contribuirá para o desenvolvimento social. Sendo que as regras de direção relevante para efeitos de qualidade será qualquer ligação para idéias e lógica, na medida em que seu pensamento e ideal seja uma concepção de educação como um bem público, que ajude a construir sociedades justas e democráticas para reafirmar a identidade nacional.

Sendo a educação um bem público e, como tal, sua referência central é seu aporte social ser um bem comum. Portanto, o dever do Estado, deve ser o de criar as condições necessárias para aumentar o leque das opções, fazer com que este seja o mais largo possível em oferta educativa de alta qualidade, estar sempre disponível para todos os níveis, para todos os cidadãos ao longo de sua vida. Sendo um bem público, a educação é essencial, uma

prioridade para a convivência e sobrevivência humana. Neste sentido o conhecimento é insubstituível, indispensável porque é crucial, necessário para desenvolvimento pessoal e coletivo, ou seja, para alargar o âmbito de aplicação da realização para os seres humanos, a cultura e a vida no seio da sociedade. Como tal, é uma das essências fundamental de autonomia responsável a seres humanos que estão cientes do seu papel na sociedade.

Portanto, habilidade, competência, comprometimento e conhecimento através da aprendizagem e da experiência, se torna relevante para que os indivíduos possam tornar-se socialmente responsáveis. Pois, somente desta forma se tornara construtivo no sentido da integração social, por ter desenvolvido seu senso critico, ou seja, torna-se mais apurado. Assim, poderá desempenhar papeis de suma importância, ser capaz de julgar com justiça, avaliar a qualidade. Portanto, a relação entre a educação de qualidade e a construção da cidadania, não podem ser entendidos no isolamento do conceito separado. Pois, a principal referência que se pode ter de educação e cidadania, é a sua contribuição essencial a sociedade, ou seja, a construção da democracia.

Para que este contexto de desenvolvimento, integração, tenha respaldo, se faz necessário investimento financeiro de grande monta, capaz de gerar motivação em todos os níveis de ensino. Por outro lado, faz se necessário ter controles sobre este tipo de investimentos, ou seja, devem ser criadas ferramentas capazes de avaliar os processos de construção. Avaliação devera ser controlada através de agencias de acreditação, por se fazer necessário respaldo de autoridades legalmente constituídas, respeitadas, acreditadas por todos os setores da sociedade.

Para que o sistema venha funcionar perfeitamente, faz se necessário os atores envolvidos (Estado, Universidade, Sociedade e comunidades regionais), teçam uma rede de comunicação interligada em todos os sentidos de relação. Para que haja confiança, participação, respeito, transparência e cooperação. Pois, desta forma, as agências de acreditação poderão supervisionar com qualidade todos os processos de desenvolvimento do ensino e da educação, para que haja garantia de ambiente harmonioso de democracia, construção de uma identidade nacional, fundamentada nos bons princípios do bem publico, faz se necessária a participação consciente da coletividade social em todos os níveis.

Reflexão sobre Dias x Hanushek

Como podemos observar, Hanushek fala com certa ênfase que sem um estudo longitudinal, ou seja, sem uma pesquisa que demonstre e compare correlação entre varias variáveis, repetidas dos mesmos itens ao longo do tempo, não se pode afirmar nada se não for por meio de estudos realizados através de observações científicas, passa a ser achismos. Pois, para que possa estudar as tendências do desenvolvimento educacional do ensino, seus fatores de risco, necessitam de estudos que nos permitam estudar a ordem temporal dos eventos, descobrir fatores de risco ou determinantes que nos oriente em certas pesquisas ou reflexões. Portanto, somente estudos longitudinais permitem a pesquisadores distinguir fenômenos de curto-prazo daqueles de longo-prazo, desenvolver e criar políticas adequadas, fundamentadas em estudos científicos.

Nesse sentido, aparece o questionamento será que o Estado, através do MEC, do INEP, ou alguma outra instituição, vem desenvolvendo estudos longitudinais para dar bases e sustentação as implantações de suas políticas públicas de educação? Acredito que não, principalmente pelo fato de não se ter estudos nem grupos de controle para se determinar os problemas encontrados no sistema educacional, as provas ou exames realizados – ENADE, ENEM, SAEB, etc – acredito não poderem ser considerados como estudos estudos longitudinais.

Porque os estudos longitudinais são observacionais, no sentido de observarem o estado das coisas sem manipulá-las. Mas por causa das repetidas observações no nível individual, os estudos longitudinais tem maior poder do que os estudos observacionais cross-section, por poder excluir do grupo de hipóteses diferenças que não variam ao longo do tempo, e por permitir estudar a ordem temporal dos eventos.

Por outro lado, nesse sentido de instrumentos de avaliação para servir de fundamento na construção da qualidade da educação, temos que rever os conceitos, postulados e reflexões de Dias Sobrinho, essencialmente aquelas em que ele escreve: “não interessa quantos alunos tem problemas com a matemática, interessante é saber qual tipo de problema eles tem, para poder corrigir”. Esta ação só é possível através de instrumentos de avaliação precisos, ou

melhor, que tenham característica de estudos longitudinais. Portanto, que sirvam de base para implantação de políticas, normas, regras e regulamentos que dêem sustentação a justiça social, que esta sirva de direcionamento para qualidade no ensino oferecido.

Justiça social, hoje é uma expressão de domínio público, cuja definição depende de concepção político-econômica do autor que a utiliza. Porém existe muita dificuldade em defini-la, principalmente quando é utilizada para definir bem comum, que deve ser o elemento fundamental de qualquer doutrina de justiça social. Porém, a noção mais utilizada é de economia, a mais difundida: justa distribuição da renda ou riqueza, de acordo com as necessidades e a capacidade das pessoas; aumento do nível de renda das massas; diluição progressiva das diferenças de classe social; fazer com que um número cada vez maior de pessoas participe da propriedade dos meios de produção e do consumo de bens.

O que, nesta nossa reflexão, tem uma certa importância como referencial, pois, praticamente para Dias Sobrinho, justiça social corresponde com o seguinte pensamento: “justiça social na educação, tem haver com, diluição das diferenças na oportunidades de ingresso e permanência no sistema educacional em todos os seus níveis, que cada vez mais pessoas tenham acesso ao conhecimento, formação, em nome da cidadania, da democracia, da democratização do ensino, do conhecimento que proporciona a formação da identidade nacional, do bem público, ou seja, oportunidade de conhecimento igual para todos seres humanos, direitos iguais”.

Por outro lado Dias Sobrinho complementa o seu pensamento escrevendo que além da justiça social, necessita-se de equidade⁸, o que podemos interpretar como a adaptação de regras existentes, para situações concretas, critérios de igualdade. Nesse sentido podemos então afirmar que ela seria a responsável pela adaptação da regra, com finalidade de deixar mais justa a situação, como forma de aplicação do direito, mais próximo do justo para todas as partes envolvidas na educação e no ensino.

Assim, esta adaptação, não pode ser livre arbítrio, não pode contrariar o conteúdo expresso das normas, devesse levar em conta o moral social, o regime político, os princípios gerais do direito universal, pois, a mesma não tem por função corrigir o que é justo na lei,

⁸ Equidade deriva do grego, *epieikeia*, que manifestava a idéia de adaptação do direito ao caso. Ela não pretendia dissolver o direito escrito, mas apenas torná-lo mais democrático. Platão foi o primeiro a preocupar-se com a equidade, Ele separou equidade de justiça, e colocou a primeira num patamar superior a da justiça normativa. Já São Tomás de Aquino ligou a equidade à algo útil para a aplicação do direito. A equidade também obteve sinônimo de virtude e de prudência; ou seja, julgar mais justamente.

mas, sim complementar o que a justiça não alcançar. Isto invoca mais ainda o pensamento de Dias Sobrinho, essencialmente quando fala de Responsabilidade Social. Acredito, portanto, que ele esteja querendo expressar que: “O Estado deve decidir contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”. Desta forma podemos interpretar que, seja: o dever da sociedade, do Estado para com os seres humanos de sua coletividade. Portanto, a Responsabilidade Social, seria forma de retribuir a coletividade, por algo alcançado ou permitido, modificando hábitos e costumes ou perfil do sujeito ou local que recebe o impacto. Seria uma forma ética de relação, de sustentabilidade, conjunto de valores, postura estratégica, valorização do ser humano, estratégia para o desenvolvimento social da comunidade, etc.

Já Hanushek, não toca nos temas equidade, justiça social, responsabilidade social diretamente, porem fala sobre como a relação entre a educação e a economia são antigas e dependentes, ou seja, como nos dias de hoje, a industria depende mais do que nunca da educação para o seu desenvolvimento e crescimento. Nesse sentido, podemos espera no minimo que as empresas e organizações cumpram com sua parte na responsabilidade social para com: empregados, consumidores, governo, coletividade, etc. Pois, a empresa busca aprimorar suas relações com a comunidade, sociedade e também a definição de novas formas de continuar nela inserida. Assim, toda empresa devera investir em programas de educação, conseqüentemente, tornar-se uma difusora de valores e práticas de desenvolvimeto, de crescimento.

Nesse sentido, da relação economia e educação (conhecimento), faz-se necessário lembrar Dias Sobrinho (2005) pág. 33, quando escreve com muita propriedade:

A classica função do conhecimento geral, preservação da cultura e da erudição, de formação do pensamento reflexivo, de transcendência civilizacional da universidade se depara agora com as tendências da fragmentação, da rapidez, da utilidade ou valor econômico, da aplicabilidade, do instrumental e organizacional. Como manter a idéia de universalidade perante a demanda de curto prazo da formação técnica e profissional, das necessidades de especialização e das divisões de trabalho, do pragmatismo das pesquisas micro orientadas, do utilitarismo e do particularismo da produção e do consumo de conhecimento? (Dias Sobrinho; 2005, Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado, pág. 33)

Portanto, a relação em tempos globalizados, junto a transformações sociais de hoje, são de grande velocidade, não respeitam nem tem fronteiras, produzem importantes impactos no cotidiano de todas as pessoas. Nesse sentido, devemos lembrar, a qualidade da educação e

o ensino, ficam comprometidas, essencialmente no tocante de se ter equidade, responsabilidade social, e justiça social. A velocidade como ocorrem as mudanças sociais, tecnológicas, o aumento do conhecimento através de pesquisas, a formação profissional e ética, deixam muito a desejar com relação a democracia, cidadania, e a identidade nacional. Portanto, o Estado não consegue oferecer as bases de educação, saúde, segurança, tranquilidade social, etc. O que podemos notar é insegurança frente a instabilidade do mercado econômico e das políticas voltadas para o bem estar social.

Percebe-se então que inúmeras são as interpretações e definições de Responsabilidade Social, e que cada país acaba atuando de uma forma perante a sociedade. Em geral, não existe um significado preciso de responsabilidade social, surgindo assim, conhecimentos teóricos com diferentes conceituações – responsabilidade social como obrigação social (Friedman, 1970); responsabilidade social como aprovação social (Davis e Blomstrom, 1975) e responsabilidade social como abordagem sistêmica dos stakeholders (Zadek, 1998).

Demonstrativo de tipos, objetivos, expectativas e resultados de relacionamentos das instituições (Estado) com os públicos

Público	relacionamento	Objetivo	Resultados esperados	Expectativas
Professor	Social Ético Democrático	Desempenho na área pedagógica, processo ensino aprendizagem	Dedicação Lealdade Satisfação Comprometimento	Reconhecimento através de Salários justos.
Sindicato	Social Político Legal	Obtenção de apoio Ausência de conflitos	Confiança Respeito aos acordos Ética na relação	Cumprimento de acordos, Reconhecimento legal do sindicato
Alunos	Parceria a curto e longo prazo	ter excelente atendimento durante o processo ensino aprendizagem	Credibilidade Satisfação Fidelidade	Aprendizagem de qualidade Bom atendimento
Estado Instituições Sociedade	Justiça social Legal equidade	Bons contratos Qualidade nos produtos, formação	Relação duradoura Desenvolvimento Ética na relação	Cumprimento das propostas, por parte dos professores, retribuição social, democracia.
Financiadores	Negócios Econômicos Legal	Expandir negócios Para mercado futuro	Credibilidade Fidelidade Comprometimento	Retorno do investimento Honestidade nos negócios

Considerações finais

Diante das reflexões anteriores, podemos deduzir que: Faz-se importante avaliação certificada, para que haja dados estatísticos confiáveis, e padrão de observação, com função de dar suporte e sustentação aos estudos longitudinais. Pois, somente assim teremos dados suficientes para nos orientar quanto ao que deve ser mudado no sistema educacional para que este venha ter qualidade na educação e no ensino. Como pudemos observar, os instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro, não são tão adequados a estudos longitudinais, mas sim a estudos estanques, ou seja, avaliação de desempenho naquele momento e de alguns alunos que não estão sendo acompanhado ao longo de sua aprendizagem, porém, a nova forma utilizada de avaliar – ENADE - o aluno em seu ingresso no curso superior, em sua saída, demonstra a vontade do administrador em corrigir falhas existentes.

Mas, pergunto e o ensino básico (fundamental e médio) como fica, pois aqui reside à base de toda uma estrutura de desenvolvimento de habilidades dos alunos, neste que necessita ter uma maior aplicação, pelo fato de ser nesta fase que se identifica os problemas de aprendizagem a serem corrigidos, fica totalmente desprezado?

Nesse sentido de instrumentos de avaliação para servir de fundamento na construção da qualidade da educação, temos que rever os conceitos, postulados e reflexões de Dias Sobrinho, essencialmente aquelas em que ele escreve: “não interessa quantos alunos tem problemas com a matemática, interessante é saber qual tipo de problema eles tem, para poder corrigir”. Esta ação só é possível através de instrumentos de avaliação precisos, ou melhor, que tenham característica de estudos longitudinais. Portanto, que sirvam de base para implantação de políticas, normas, regras e regulamentos que dêem sustentação a justiça social, que esta sirva de direcionamento para qualidade no ensino oferecido.

Portanto, este contexto, acredito só poder ser implantado e desenvolvido, se o Estado vir a legislar como postula Dias Sobrinho, com: equidade, responsabilidade social, justiça social, acredito só podermos conseguir a aplicação destes contextos, quando a coletividade, ou seja, a sociedade deixar de lado a discriminação, a elitização da educação, estreitar as

diferenças entre as classes sociais, e a educação (conhecimento) for tratado como bem comum, direito de todos. Portanto:

- a) **Qualidade na Educação** depende realmente de políticas públicas voltadas para: bem estar social, justiça social, equidade, bem comum, responsabilidade social e democracia. Nesse sentido podemos notar que as políticas e implementações feitas no ensino brasileiro, em todos os níveis, não correspondem com a realidade de diminuir as disparidades existentes na oferta de ingresso no ensino publico em todos os níveis de educação, por parte das escolas Estaduais, Federais, Municipais e Privadas. O cruzamento ao ingressar nas universidades, pode ser considerado, ainda, elitista, pelo fato dos alunos das escolas privadas, terem favorecimento pela sua melhor formação e informação educacional, conteudista, favorecendo seu ingresso nas universidades publicas de “qualidade”. Enquanto os alunos remanescentes das escolas públicas ingressam nas escolas privadas com ensino de baixa qualidade, com dependência de bolsas (Prouni, Fies, etc.) fornecidas pelo estado, que não dão sustentação de permanência do mesmo durante três, quatro ou mesmo, cinco anos estudando, pelo fato de ter que trabalhar para ter sustento e complementar a compra de livros, alimentação, transporte, etc. Pelos fatos citados, a meu ver, as leis educacionais criadas e implementadas no Brasil, não são tão eficientes, principalmente por estarem atreladas a financiamentos externos OCDE, BM, BMD, e outras organizações de cunho econômico.
- b) **Qualidade de Ensino** esta ligada as políticas de conteúdos a serem trabalhados em todas as séries, ou melhor, a qualidade e forma de informar o aluno, igualdade de formação com qualidade, igualdade de acesso a tecnologia de informação, aos conhecimentos, principalmente a dignidade no trato. Porque em nosso país ainda existe muita injustiça social, discriminação falta de responsabilidade social para com as classes menos favorecidas monetariamente, ou seja, por fazerem parte de famílias menos favorecidas economicamente, são discriminadas pela classe dos educadores, pelo Estado que, apesar de dar bolsa família, aumentar o número de vagas nas escolas, ainda continua mantendo estas, certa distância das escolas consideradas de primeira linha. Correspondendo ao pensamento de Hanushek, como pudemos ver, a posição do Brasil é desvantajosa, pela falta “habilidades cognitivas” básicas aos nossos alunos (quero acreditar aqui, que seja destes menos favorecidos monetariamente, pelo fato de não ter acesso a muita informação, pela

discriminação de alguns docentes por não acreditar no potencial destas crianças menos favorecidas, etc.). Segundo ele, esta falta de habilidade atua como um freio de mão, pois para haver desenvolvimento e crescimento econômico, todo país depende essencialmente de pessoas “criativas, habilidosas, competentes e comprometidas”. O que se torna difícil dentro desta característica existente em grande parte de nossa sociedade. Por estes fatores, o ensino de qualidade em nosso país torna-se comprometido com a miséria cultural.

- c) Portanto, historicamente, posso concordar com Antonio A. Davrell de Lima, embaixador do Brasil junto a UNESCO, quando afirma: “A sociedade brasileira reflete, por sua própria formação histórica, o pluralismo. Somos nacionalmente, hoje, uma síntese intercultural, não apenas um mosaico de culturas. Nossa singularidade consiste em aceitar – um pouco mais do que outros -- a diversidade e transformá-la em algo mais universal”. Este é o verdadeiro perfil brasileiro... Sabemos, portanto, por experiência própria, que o diálogo entre culturas supera – no final – o relativismo cultural crasso e enriquece valores universais. Porém, por outro lado, o que não conseguimos superar, que não é citado por ele, é o estigma herdado ao longo da história do nosso desenvolvimento de colônia a país, apesar da “boa vontade” de Dom João VI, de seu filho Dom Pedro I. Pois a criação da biblioteca Nacional, de varias instituições educacionais, a nossa educação sempre fora voltada para a elite do país, não para diminuir a distância entre as classes sociais que aqui residiam. Desta forma estamos carregando há séculos o problema da qualidade de ensino em nosso país, pois o ensino oferecido às crianças menos favorecidas, sempre foi de formar trabalhadores para servir ao serviço público, a catequese, a destruição da cultura indígena, impregnação da cultura que o armeiro postulava através dos seus fiéis servidores, os jesuítas. Pois estes visavam uma formação para a elite e outra para as classes menos abastadas, que não podiam pagar pela sua formação.
- d) Nesse contexto todo, sou obrigado a concordar com Dias Sobrinho, quando escreve: A clássica função do conhecimento geral, preservação da cultura e da erudição, de formação do pensamento reflexivo, de transcendência civilizacional da universidade se depara agora com as tendências da fragmentação, da rapidez, da utilidade ou valor econômico, da aplicabilidade, do instrumental e organizacional. Como manter a idéia de universalidade perante a demanda de curto prazo, da

formação técnica e profissional, das necessidades de especialização e das divisões de trabalho, do pragmatismo das pesquisas micro orientadas, do utilitarismo e do particularismo da produção e do consumo de conhecimento? Traduzindo assim a influência do setor econômico no sistema educacional.

- e) Dias Sobrinho tem plena razão quando afirma: “É de efetiva relevância a participação das instituições de ensino através de suas partes interessadas, na vida social, econômica e cultural da sociedade da qual faz parte, especialmente com pessoas que vivem na proximidade, sem nunca perder de vista a necessidade de universalidade”. Esta participação tem que ser bidirecional e incluir os produtores e usuários do conhecimento. Somente assim, o conhecimento, será um bem público de valor educativo e contribuirá para o desenvolvimento social. Sendo que as regras de direção relevante para efeitos de qualidade será qualquer ligação para idéias e lógica, na medida em que seu pensamento e ideal seja uma concepção de educação como um bem público, que ajude a construir sociedades justas e democráticas para reafirmar a identidade nacional.

Diante deste contexto, fica aqui o questionamento principal: “Como resolver a necessidade de se ligar a relevância da qualidade a; equidade, responsabilidade social, justiça social, e diversidade cultural aos contextos específicos, que venham nos ajudar a formular o conceito de qualidade vinculado ao seu verdadeiro objetivo social “Educar para o conhecimento e democracia”. Quando, o Estado irá propiciar a qualidade de educação e do ensino ofertado aos seus cidadãos, para todos os níveis sociais, sem ser apenas um item de desenvolvimento econômico, ou de formação de mão de obra para as indústrias.

Nesse sentido, se faz importante como escreve Dias Sobrinho: “distinguir os conceitos relacionados à qualidade que estão enraizados em conceitos corporativos, dos que se baseiam em conceitos educacionais, para que se possa “**realizar**” o pleno desenvolvimento humano, para que se possam construir as capacidades crítica e reflexiva dos cidadãos, de promover a participação ativa no desenvolvimento da sociedade democrática.

Assim, neste sentido, poderemos retirar a transferência de fundamentos de conceitos da área corporativa para o sistema educacional. Por outro lado poderemos estar utilizando com maior precisão a lógica avaliativa e os instrumentos de avaliação em benefício de um sistema de qualidade para a educação e para o ensino. Pois, somente assim, poderemos ter a

equidade, justiça social, responsabilidade social e dignidade no sistema educacional, para todas as classes sociais.

Porém para se chegar a este ponto de realização, precisamos ter um alto investimento financeiro por parte do governo federal, ou seja, por parte do Estado, na formação dos educadores, dos pesquisadores, na construção de conteúdos adequados ao sistema de ensino, e o mais importante, “ter estudos longitudinais”, para ter fundamentos e sustentabilidade nas mudanças a serem realizadas no sistema educacional.

Entretanto, esse contexto da qualidade voltado para aspectos do desenvolvimento da economia, da produtividade industrial, é um dos muitos objetivos inerentes ao ensino público, das crenças, mitos sobre mobilidade social. Portanto, para se ter a participação eficaz, qualificadora para o desenvolvimento econômico, a educação esta deve ser integrada ao processo de socialização, para construção de uma nação reflexiva, crítica, sensibilizada, para com o seu desenvolvimento ético, cultural e intelectual.

Por conseguinte, as operações radicalmente democráticas, deverão melhorar a vida de todos os seus cidadãos, dando-lhes condições de saúde, desenvolvimento intelectual, segurança, moradia, educação para todos os níveis. Nesse sentido, Dias Sobrinho (2009) afirma que: *“equidade e justiça social no ensino, só será alcançado quando estiver presente em todos os níveis, ou seja, educação universal de qualidade”*. Assim, o ensino por parte do Estado deverá ter estratégia integradora para aumentar a justiça social, atrelada a qualidade de vida, como base de uma sociedade humanística e verdadeiramente democrática.

Porem um dos problemas que enfrentamos na educação vem através da afirmação de Hanushek: “Além dos interesses políticos, que passam ao largo da ciência, como ocorre em tantas outras áreas, outro fator específico que pesa contra a objetividade é o fato da educação não ser uma ciência exata, as pessoas se sentirem um pouco especialistas no assunto”. Estes fatos agravam o problema, pois, um dia na vida, todo mundo frequentou a sala de aula. Assim, o resultado dessas “**crenças**” é perverso: no mundo todo, ainda são raras as políticas na educação guiadas por evidências empíricas, colhidas ao longo de “**estudos longitudinais**” e realizadas com rigor científico, como ocorre em outros setores. Pois, políticas respaldadas em “achismos” são desastrosas.

Neste sentido, resta-nos questionar: *“Quando serão desenvolvidas e criadas leis que venham dar sustentação a estes questionamentos, quando serão desenvolvidos estudos longitudinais que possam ser utilizados como referência para se ter e dar qualidade ao*

ensino e a educação? Quando será aplicada equidade, justiça e responsabilidade social no sistema educacional?”

Referências

Dias Sobrinho, José; (2005), **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?**; Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda., São Paulo

Dias Sobrinho, José; (2009), **Public Responsibility for Higher Education**, Published in 2009 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP Set and printed in the workshops of UNESCO, ED.2009/Conf.402/inf.11© UNESCO 2009, Printed in France, Pág. 99 a 119.

Hanushek, Eric; (2009), disponível no site:
<<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/entrevista-eric-hanushek-479414.shtml>>

Diversidade Cultural, por Antonio A. Dayrell de Lima; disponível no site:
<<http://www.cultura.gov.br/site/2003/10/15/diversidade-cultural-por-antonio-a-dayrell-de-lima/>>

Moran, José Manuel; disponível no site:
<http://www.eca.usp.br/prof/moran/>

Moran, José Manuel; (2003), **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**, PAPIRUS, 12ª ed. Campinas, pág.12,